

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE 2023

ACI do Brasil (“Companhia”).

Em 31 de dezembro de 2023, após processo de reestruturação societária aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) nos termos do Ofício nº 131/2023/GOIA/SRA-ANAC, a sociedade ACI do Brasil (“Companhia” ou “Incorporadora”) incorporou a sociedade Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. (“Incorporada”), ambas pertencentes ao mesmo Grupo Controlador (Corporacion America Airports ou “Grupo”, e em decorrência deste processo, a Incorporadora sub-rogou todos os direitos e deveres relativos à Concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

As informações financeiras referentes a operação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante que foram incorporadas às demonstrações financeiras da Companhia, referem-se ao ano de 2023 da Incorporada, que apresentou um volume de 2,3 milhões de passageiros. Isso representa um fluxo que se manteve estável quando comparado ao ano de 2022. A movimentação ainda está 3% menor que antes da pandemia, mas o aeroporto vem apresentando uma recuperação no tráfego de passageiros. Pousos e decolagens chegaram a 16 mil durante o ano. O aeroporto também ganhou conexão direta com novos voos da Azul e da LATAM. O movimento internacional em 2023 melhorou no terminal potiguar com o retorno dos voos internacionais que haviam sido interrompidos por conta da Covid-19. A TAP aumentou a sua frequência de voos e a GOL voltou com a operação para Buenos Aires. Com isso, o movimento internacional chegou a 84 mil passageiros em 2023, 50% maior que em 2022. Pousos e decolagens foram 644.

Processo de devolução amigável

O ano de 2023, foi de resolução do processo de devolução amigável do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. A Incorporada entrou com o pedido de devolução amigável do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante em março de 2020, antes da ONS declarar a pandemia de covid-19. O pedido para relicitação do ativo foi realizado porque o contrato celebrado em 2011, o primeiro contrato de concessão aeroportuária do país, se tornou insustentável pelas regras e os dispositivos contratuais vigentes à época. Com a impossibilidade jurídica de mudanças contratuais, foi solicitada a devolução amigável do aeroporto.

Em 19 de maio de 2023, a Zurich Airport Brasil (“Zurich”) foi a vencedora do leilão e arrematou a concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante pelos próximos 30 anos com um lance de R\$ 320 milhões.

Após o leilão, a Zurich cumpriu com os requisitos previstos em edital e, em 12 de setembro de 2023, assinou o novo contrato de concessão, juntamente com a Incorporada e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Após a assinatura do contrato, a eficácia do mesmo encontrava-se suspensa até o pagamento, pelo Governo Federal, da diferença entre o valor da indenização aprovada e o lance proposto pela Zurich.

No dia 29 de dezembro de 2023, o Governo Federal realizou o pagamento do montante de R\$ 199,7 milhões, e em 05 de janeiro de 2024, a Zurich fez o pagamento de R\$ 323,3 milhões.

Com a indenização paga, iniciou-se a última etapa da devolução. A ANAC assinou a ordem de serviço do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante e analisou o Plano de Transferência Operacional (PTO) do terminal potiguar. Com esta aprovação da Agência, em 17 de janeiro de 2024, iniciou-se o processo de transição das operações do aeroporto. Foram 32 dias de operação assistida. Tanto a Incorporada quanto a Zurich trabalharam conjuntamente nesse período. Em 19 de fevereiro de 2024, a concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante foi transferida definitivamente para a nova concessionária. Ao longo desses quase quatro anos de processo de devolução amigável, o Grupo, por meio da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. e de ACI do Brasil S.A., garantiu a excelência do serviço e um trabalho cooperativo e tranquilo com todas as partes envolvidas. Todos os compromissos financeiros foram cumpridos e a administradora repassou o ativo adimplente com todos os seus parceiros e órgãos.

www.pwc.com.br

ACI do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
ACI do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ACI do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACI do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia incorporou a Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico. Em 18 de fevereiro de 2024, a Companhia deixou de ter as obrigações de prestação dos serviços aeroportuários. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



ACI do Brasil S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



ACI do Brasil S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 17 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Marcos Magnusson de Carvalho
Signed By: MARCOS MAGNUSSON DE CARVALHO 25151003857
CPE: 25151003857
Signing Time: 17 May 2024 16:27 BRT
© ICP-Brasil. OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v3

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

ACI do Brasil S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	(Não auditado)			(Não auditado)	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo			Passivo		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	25.271	223	Salários e encargos sociais	1.876	-
Depósitos vinculados (Nota 5.1)	133.624	-	Fornecedores (Nota 9)	19.122	1
Contas a receber de clientes (Nota 6)	6.170	-	Tributos a recolher	1.711	-
Tributos a recuperar	974	1	Adiantamentos de clientes	706	-
Direito com poder concedente (Nota 8)	324.311	-	Provisões para causas judiciais (Nota 10)	3.338	-
Outros ativos	<u>2.412</u>	-	Outros passivos	<u>2.692</u>	-
	492.762	224		29.445	1
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas (Nota 7)	5.888	-
Tributos a recuperar	56	-	Adiantamentos de clientes	17	-
Depósitos judiciais (Nota 10)	<u>661</u>	-	Provisões para causas judiciais (Nota 10)	<u>1.467</u>	-
	717	-		7.372	-
Imobilizado	424	-	Total do passivo	<u>36.817</u>	<u>1</u>
Intangível	<u>2.563</u>	-	Patrimônio líquido		
	3.704	-	Capital social (Nota 11)	2.820	2.530
			Reserva de capital (Nota 1.1)	459.472	-
			Prejuízos acumulados	<u>(2.643)</u>	<u>(2.307)</u>
				459.649	223
Total do ativo	<u>496.466</u>	<u>224</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>496.466</u>	<u>224</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACI do Brasil S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	(Não auditado) 2022
Despesas administrativas	(336)	(860)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(336)	(860)
Receitas financeiras	8	19
Despesas financeiras	(8)	(2)
	-	17
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(336)	(843)
Imposto de renda e contribuição social	-	(2)
Prejuízo do exercício	(336)	(845)
Prejuízo por lote de mil ações - em reais	(0,05)	(0,12)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACI do Brasil S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	(Não auditado) 2022
Prejuízo do exercício	<u>(336)</u>	<u>(845)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(336)</u></u>	<u><u>(845)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACI do Brasil S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
31 de dezembro de 2021 (não auditado)	2.250	-	(1.462)	788
Integralização de capital	280	-	-	280
Prejuízo do exercício	-	-	(845)	(845)
31 de dezembro de 2022 (não auditado)	2.530	-	(2.307)	223
Integralização de capital (Nota 11)	290	-	-	290
Prejuízo do exercício	-	-	(336)	(336)
Incorporação ASGA (Nota 1.1)	-	459.472	-	459.472
31 de dezembro de 2023	2.820	459.472	(2.643)	459.649

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACI do Brasil S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	(Não auditado) 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(336)	(845)
Variações ativas e passivas:		
Tributos a recuperar	(4)	-
Outros ativos	-	635
Fornecedores	-	(1)
Tributos a recolher	-	1
	(4)	635
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(340)	(210)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	290	280
Caixa incluído pela incorporação de ASGA	25.098	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	25.388	280
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa	25.048	70
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	223	153
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.271	223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ACI do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A ACI do Brasil S.A., (“ACI do Brasil”, “Concessionária” ou “Companhia”), constituída em 6 de fevereiro de 2017, controlada pela *Corporación America Airports S.A.*, é uma sociedade por ações de capital fechado que não possuía operação até 31 de dezembro de 2023, e passou a ter por único e exclusivo objeto social realizar manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, bem como outras atividades autorizadas, necessárias ou úteis à execução de seu objeto social, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão e desde que previamente autorizado pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

1.1 Incorporação da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia incorporou a Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. (“ASGA” ou “Incorporada”), pertencente ao mesmo grupo econômico, assumindo os direitos e deveres da Concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, nos termos do Ofício n.º 131/2023/GOIA/SRA-ANAC, a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, o qual deu anuência à reestruturação societária.

A incorporação tem como objetivo trazer consideráveis benefícios a ambas as sociedades, de ordem administrativa e econômica, com sensível redução de custos administrativos. A união de esforços e patrimônios permitirá um melhor aproveitamento dos recursos das empresas envolvidas e uma perspectiva de expansão dos negócios sociais. A incorporação impõe-se como medida de racionalização das atividades do grupo empresarial.

A incorporação ocorreu com efeito de extinção, a Companhia assumiu os ativos e passivos remanescentes e 100% do patrimônio líquido da incorporada à valores contábeis.

A seguir, o Balanço Patrimonial da Incorporada, considerando os saldos do Laudo Contábil de Incorporação, em 30 de novembro de 2023, bem como os eventos subsequentes ocorridos até a data da incorporação, em 31 de dezembro de 2023:

	Laudo contábil	Eventos subsequentes	Incorporado
Ativos Incorporados			
Caixa e equivalentes de caixa	27.731	(2.633)	25.098
Depósitos vinculados (a)	8.503	125.121	133.624
Contas a receber de clientes	4.778	1.392	6.170
Tributos a recuperar	5.660	(4.636)	1.024
Direito com poder concedente (b)	23.652	300.659	324.311
Outros ativos (c)	36.690	(34.277)	2.413
Depósitos judiciais	628	33	661
Imobilizado	435	(11)	424
Intangível (d)	110.204	(107.641)	2.563
Total do ativo	218.281	278.007	496.288

ACI do Brasil S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Laudo contábil	Eventos subsequentes	Incorporado
Passivos incorporados			
Salários e encargos sociais	2.818	(942)	1.876
Fornecedores	20.673	(1.552)	19.121
Empréstimos e financiamentos (e)	75.204	(75.204)	-
Tributos a recolher	519	1.192	1.711
Compromissos com o poder concedente (f)	464.642	(464.642)	-
Adiantamentos de clientes	871	(148)	723
Provisões judiciais	4.722	83	4.805
Outros passivos	20.606	(17.914)	2.692
Partes relacionadas	5.888	-	5.888
Total do passivo	595.943	(559.127)	36.816
Acervo líquido incorporado (g)	(377.662)	837.134	459.472

Principais eventos subsequentes após Laudo de Incorporação:

- (a) R\$ 199,7 milhões referentes ao recebimento da indenização da relicitação da concessão paga pelo Governo Federal. O saldo está sendo apresentado líquido da compensação do saldo do empréstimo com BNDES (Nota 5.1);
- (b) Saldo remanescente da indenização da relicitação da concessão devida pela Nova Concessionária no valor de R\$ 322,5 milhões (Nota 8);
- (c) Baixa dos ativos da Torre de Controle no valor de R\$ 33,7 milhões, devido à indenização da relicitação da concessão recebida (Nota 1.2);
- (d) Baixa dos bens reversíveis da concessão devido ao recebimento da indenização (Nota 1.2);
- (e) Pagamento do empréstimo com o BNDES por meio do recebimento da indenização da relicitação da concessão em conta vinculada à dívida (Nota 5.1);
- (f) Quitação da outorga fixa da concessão realizado por meio de compensação sobre o recebimento da indenização e baixa das parcelas dos períodos futuros e não devidas (Nota 1.2);
- (g) Reconhecimento de um ganho líquido no valor de R\$ 824,9 milhões, principalmente pela reversão da provisão para *impairment* reconhecido em períodos anteriores, baixa dos ativos intangíveis indenizados e outras receitas operacionais compostas pelo valor da indenização e sobre a compensação dos ativos e passivos da concessão. O protocolo de incorporação e justificação de 29 de dezembro de 2023, informou que a incorporação processou o valor líquido da incorporada de R\$ 459,5 milhões, considerando os eventos subsequentes ao laudo pericial, como reserva de capital. O valor será revertido no futuro para aumento de capital social da Companhia.

1.2 Relicitação da concessão

A incorporada iniciou, em 5 de março de 2020, o processo de relicitação da Concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Em 19 de maio de 2023, ocorreu o Leilão de concessão do aeroporto com um proponente vencedor e, em 29 de dezembro de 2023, o Governo Brasileiro efetuou o pagamento parcial da indenização pelos bens reversíveis da Concessão, deduzindo todas as obrigações fixas e variáveis da concessão que a Incorporada mantinha (um pagamento líquido total de R\$ 199,7 milhões).

Em 5 de janeiro de 2024, a Nova Concessionária realizou o pagamento do saldo remanescente da indenização no valor de R\$ 323,3 milhões (Nota 8). Superada essa etapa e demais obrigações da Nova Concessionária, iniciou-se em 17 de janeiro de 2024 o período de transição operacional, onde ocorreu a operação assistida entre as duas concessionárias.

A transição encerrou-se em 18 de fevereiro de 2024, onde a Companhia deixou de ter as obrigações de prestação dos serviços aeroportuários. Porém, ainda haverá um encontro de contas a ser realizado com o Órgão Regulador, principalmente a que se refere a saldos remanescente de Reequilíbrio Econômico-financeiro (Nota 8).

ACI do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe ressaltar que a Companhia manteve a operacionalização e a manutenção do alto nível de qualidade na prestação do serviço, até a conclusão da transferência da prestação dos serviços aeroportuários à Nova Concessionária.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas sob a premissa de continuidade operacional. Após a conclusão da transição operacional das atividades aeroportuárias, a Companhia retornou à condição de inatividade operacional.

Emissão das demonstrações financeiras

A aprovação das Demonstrações Financeiras ocorreu em Assembleia Geral Ordinária, em 17 de maio de 2024.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão sumariadas nas Notas 2.1 até 2.15.

2.1 Base da preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor.

ACI do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a Companhia não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida, depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado:** os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas, juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

ACI do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Valor justo por meio do resultado: os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida, que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado quando aplicável.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Em geral, leva-se em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias ou em menor período, caso já avaliado o risco. A administração entende que a provisão para riscos sobre as contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos/perdas líquidos".

Nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

ACI do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.7 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico e apresentados a partir do custo, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo, somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

2.9 Intangível

Os Ativos intangíveis são mensurados ao custo histórico no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos são apresentados a partir do custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando ocorre a sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

2.10 Impairment de ativos não financeiro

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

ACI do Brasil S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 Diretos e compromissos com o poder concedente

O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa durante todo o período de concessão.

Os direitos com o poder concedente no ativo circulante são compostos pelo saldo remanescente da indenização, recebido em 5 de janeiro de 2024, e pelo saldo remanescente dos Reequilíbrios Econômico-financeiros (REFs) do Covid-19, sobre à estimativa de faturamento do período de transição operacional para a Nova Concessionária (Nota 8).

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida, mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações, seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia:

ACI do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Alteração ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.
- **Alteração ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

3.1 Provisões

As provisões são mensuradas com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir os gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos tributos que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação.

ACI do Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

4.2 Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode propor, mediante a aprovação dos acionistas, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações ou a venda de ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou distribuição de dividendos.

4.4 Risco de mercado

4.4.1 Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

4.5 Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas estimadas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

ACI do Brasil S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

	Menos de 1 ano	Mais 5 anos	Total
Fornecedores	19.122	-	19.122
Partes relacionadas	-	5.888	5.888
Outros passivos	2.692	-	2.692
Total	21.814	5.888	27.702

4.7 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores com base no valor contábil, menos perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, são próximos de seus valores justos. Os valores justos dos passivos financeiros, para fins de divulgação, são estimados pelo desconto do fluxo de caixa contratual futuro com a taxa de juros de mercado vigente disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os empréstimos são apresentados a custo amortizado, que se aproxima do valor justo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	(Não Auditado) 2022
Caixa	17	-
Contas Correntes	1.810	-
Depósitos bancários de curto prazo (a)	21.921	-
Aplicações financeiras (b)	1.523	223
Total	25.271	223

- (a) As aplicações financeiras são Certificados de depósitos bancários de curto prazo, a uma taxa média ponderada de 99,70% do CDI, com liquidez imediata.
- (b) Quotas de fundo de investimento, a uma taxa média de 88,46% do CDI, com liquidez imediata.

5.1 Depósitos vinculados

	2023	(Não Auditado) 2022
Aplicações financeiras - Garantia Empréstimo (a)	9.171	-
Conta Corrente – Garantia Empréstimo (b)	199.750	-
Conta corrente - Demais garantias	140	-
Total	209.061	-
Empréstimos e financiamentos (c)	(75.437)	-
Total - líquido de dívida vinculada	133.624	-

- (a) Quotas de fundo de investimento, a uma taxa média de 94,65% do CDI, com liquidez imediata.
- (b) Recebimento parcial da indenização pelos bens reversíveis da Concessão, deduzindo todas as obrigações relativas às tarifas de concessão fixas (Nota 1.2).
- (c) Em 29 de dezembro de 2023, o recebimento parcial da indenização dos ativos reversíveis foi realizado pelo governo por meio de depósito em conta vinculada à dívida. Em 1º de fevereiro de 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), reconheceu por meio da carta de Declaração de Quitação o pagamento total do empréstimo por meio da compensação do saldo.

ACI do Brasil S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber de clientes

	2023	(Não Auditado) 2022
Circulante		
Atividades tarifárias		
Passageiros	2.568	-
Aeronaves	600	-
Cargas	430	-
	3.598	-
Atividades não tarifárias		
Cessão de Espaço	2.393	-
Outros	210	-
	2.603	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(31)	-
Total	6.170	-
Movimentação de provisão para crédito de liquidação duvidosa:		
	2023	(Não auditado) 2022
Saldo em 31 de dezembro	-	-
Saldo incorporado (a)	(31)	-
Saldo em 31 de dezembro	(31)	-

(a) Saldo incorporado advindo da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A. (Nota 1.1).

7 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e as características próprias de cada transação.

	2023	(Não auditado) 2022
Passivo não circulante:		
Gastos com Obra - Contrato EPC		
Consórcio Engeport - Participante Indireto (a)	5.888	-
Total	5.888	-

(a) Saldo de contrato EPC, incorporado advindo da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarantes S.A., conforme Nota 1.1.

7.1 Remuneração dos diretores e das pessoas-chave da Administração

	2023	(Não auditado) 2022
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	131	-
Total	131	-

ACI do Brasil S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Direito com o Poder concedente

	2023	(Não auditado) 2022
Direito de Indenização (a)	322.471	-
Reequilíbrio econômico-financeiro - Covid-19 (b)	1.840	-
	324.311	-

(a) Saldo de indenização a receber da Nova Concessionária (Nota 1).

(b) Saldo remanescente sobre a estimativa de faturamento sobre o período da transição operacional do aeroporto para a Nova Concessionária (Nota 1).

9 Fornecedores

	2023	(Não auditado) 2022
Fornecedores nacionais	18.922	1
Fornecedores estrangeiros	200	-
Total	19.122	1

10 Depósitos / Provisões para causas judiciais

A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir:

Depósitos judiciais

	2023	(Não auditado) 2022
Não Circulante		
Depósitos Judiciais- Cível	22	-
Depósitos Judiciais - Trabalhista	553	-
Depósitos Judiciais - Regulatório	86	-
Total	661	-

ACI do Brasil S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisões para causas judiciais

	2023	(Não auditado) 2022
Prováveis		
Circulante		
Regulatórias/Administrativa	86	-
Cíveis	685	-
Trabalhistas	2.567	-
	3.338	-
Não Circulante		
Cíveis	1.467	-
	1.467	-
Total	4.805	-
Possíveis		
Trabalhistas	2.302	-
Cíveis	3.753	-
Tributário (a)	18.218	-
	24.273	-
Total	29.078	-

(a) Processo judicial quanto à incidência de IPTU.

ACI do Brasil S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões de riscos prováveis:

	2023	(Não auditado) 2022
Saldo em 31 de dezembro	-	-
Saldo incorporado (a)	4.805	-
Saldo em 31 de dezembro	4.805	-

(a) Saldo incorporado advindo da Inframerica Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A., conforme nota 1.

11 Patrimônio líquido**Capital social**

O capital social é representado por 7.000.000 de ações nominativas, sendo 6.999.900 ações detidas pela *Corporación América Airports S.A.* e 100 ações detidas pela *A.C.I Airports S.A.R.L.*, representativo a 99,999% e 0,001%, respectivamente.

	2023			2022 (Não auditado)		
	CORPORACIÓN AMERICA AIRPORTS S.A.	A.C.I AIRPORTS	Total	CORPORACIÓN AMERICA AIRPORTS S.A.	A.C.I AIRPORTS	Total
Ações	7.000	-	7.000	7.000	-	7.000
Subscrito	7.000	-	7.000	7.000	-	7.000
A integralizar	(4.180)	-	(4.180)	(4.470)	-	(4.470)
Integralizado	2.820	-	2.820	2.530	-	2.530

JORGE ARRUDA
FILHO:11459672801

Assinado de forma digital por
JORGE ARRUDA
FILHO:11459672801
Dados: 2024.05.17 15:27:35 -03'00'

Jorge Arruda Filho
Diretor Presidente

BRUNO SOUZA
FERREIRA DA
SILVA:90065522591

Assinado de forma digital por
BRUNO SOUZA FERREIRA DA
SILVA:90065522591
Dados: 2024.05.17 11:50:30
-03'00'

Bruno Souza Ferreira da Silva
Diretor Financeiro

EDUARDO
ARAUJO
DIAS:72589434120

Assinado de forma digital por
EDUARDO ARAUJO
DIAS:72589434120
Dados: 2024.05.17 11:15:41
-03'00'

Eduardo Araújo Dias
Contador - CRC-DF: 020198/O-8 DF

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D9AC9327D774455FA827100CB7D6021A

Status: Concluído

Assunto: Relatório do auditor e DFs ACI do Brasil 31.12.2023

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 24

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Alexandra Correia

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

alexandra.correia@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.94

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Alexandra Correia

Local: DocuSign

17 de maio de 2024 | 16:09

alexandra.correia@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

17 de maio de 2024 | 16:27

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Marcos Magnusson de Carvalho

marcos.carvalho@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Assinatura

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 134.238.160.200

Registro de hora e data

Enviado: 17 de maio de 2024 | 16:14

Visualizado: 17 de maio de 2024 | 16:24

Assinado: 17 de maio de 2024 | 16:27

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Alexandra Correia

Copiado

Enviado: 17 de maio de 2024 | 16:27

alexandra.correia@pwc.com

Visualizado: 17 de maio de 2024 | 16:27

Gerente de auditoria - Testemunha PwC

Assinado: 17 de maio de 2024 | 16:27

PwC

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data**

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	17 de maio de 2024 16:14
Entrega certificada	Segurança verificada	17 de maio de 2024 16:24
Assinatura concluída	Segurança verificada	17 de maio de 2024 16:27
Concluído	Segurança verificada	17 de maio de 2024 16:27

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------